

30 dias para esclarecer acidente

Engenheiro do metrô e operador podem pegar mais de 10 anos de prisão

Médico da DRT afirma que trânsito deveria ter sido desviado à distância de 20 metros

FÁTIMA XAVIER

O engenheiro responsável pela colocação de estacas nas obras da Estação 21 do Metrô do Distrito Federal, Humberto Flecha, e o operador do bate-estaca que caiu sobre um ônibus na manhã de terça-feira, José Luiz dos Santos, poderão ser acusados de homicídio culposo triplo e lesão corporal culposa. O acidente provocou a morte de três pessoas e feriu 20. A pena, que é cumulativa e varia de dois a quatro anos de cadeia para cada homicídio e de seis meses a dois anos por cada lesão corporal, de acordo com o novo Código de Trânsito Brasileiro. As obras estão embargadas.

As investigações para apurar a autoria dos crimes são peças do Inquérito Policial nº 1.424 instaurado pelo delegado-chefe da 12ª Delegacia de Polícia, em Taguatinga, Edmar José dos Santos, que já começou a ouvir os passageiros do ônibus. "Vamos apurar a responsabilidade objetiva do operador do equipamento e subjetiva, do engenheiro responsável pela obra e do motorista do ônibus", disse Santos. O inquérito tem um prazo de 30 dias para ser concluído mas pode ser prorrogado até a apuração total dos crimes. É o delegado também quem vai estabelecer a penalidade.

"Houve falhas. A máquina não poderia estar funcionando

naquele horário e sem uma proteção maior da área de risco, que deveria ser pelo menos da altura do bate-estaca (15 metros)", disse, ontem, o médico Massaru Honda, da Delegacia Regional do Trabalho do DF (DRT-DF).

A DRT interditou a máquina - um bate-estaca da marca Magan construído em Belo Horizonte que custa em torno de R\$ 100 mil - e embargou a obra por conta do acidente. O bate-estaca só poderá ser removido para conserto depois que a Polícia Civil concluir a perícia. As obras, por sua vez, não vão recomençar antes que a empresa responsável, a Geoservice, Geotecnia e Fundações Ltda comprovar que a máquina está em condições de ser operada com segurança e corrigir o que Honda apontou como falha: ampliar a área de proteção e restringir-se aos horários fora do rush.

A DRT, no entanto, esbarra em questões jurídicas para fiscalizar a obra. A norma regulamentadora que prevê a fiscalização na área da construção civil, a NR 18, foi contestada, há menos de dois anos, pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscom) na Justiça Federal. Um juiz simplesmente suspendeu o efeito de toda a lei, segundo o médico. "Isso dificulta muito o nosso trabalho pois os pontos eminentemente técnicos estão todos na 18", afirmou.



CABO DONIZETE foi enterrado ontem no cemitério de Taguatinga

Honda disse ainda que mesmo havendo a proteção necessária, o trânsito deveria ter sido desviado ou pelo menos afastado "por uns 15, 20 metros". A base do bate-estaca estava a cerca de 8 metros da

pista, como em todas as outras obras do Metrô, seja no canteiro central das avenidas, seja numa das margens das pistas. O equipamento funciona a todo vapor mesmo nos horários de maior movimento.